

Os intelectuais diante do mundo: engajamento e responsabilidade

ANTONIO OZAI DA SILVA*

“O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar”.
(Paulo Freire: 1997:85-86)

A realidade atualiza antigas polêmicas. A eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, marcou a revoada de renomados intelectuais aos postos abertos no aparato do Estado. Estes intelectuais não foram poupados da crítica de seus pares. Aos desavisados, poderia parecer tratar-se de um fenômeno novo. Porém, não foi a primeira, nem seria a última vez que um governante contaria com o apoio ativo da intelectualidade.

A eleição do companheiro Lula inverteu a rota: intelectuais antes alojados na corte de FHC retomaram as suas funções de docentes, pesquisadores, escritores etc.; estão disponíveis para suprir os meios de comunicação através de suas análises (tornaram-se críticos do poder); outros, caíram no ostracismo. Os oposicionistas de ontem, agora são governo: são os companheiros intelectuais. Mudam os governos,

mudam os nomes, mas todo governo tem os seus intelectuais.

Desde a antiguidade que os intelectuais se colocam a soldo dos governantes e colaboram para a conservação do poder e do *status quo*.¹ E, por outro lado, também sempre existiram os contestadores da ordem e do poder político vigente, os inconformistas e instabilizadores; os que construíram novas ordens e produziram novos contestadores e novos defensores da ordem.

Palavra e ação, teoria e prática

O intelectual deve tomar partido diante dos dilemas do seu tempo, diante do mundo? O engajamento é próprio dos intelectuais? É lícito que o intelectual recuse a política? Ele deve se abster de participar do poder? É correto que ele assuma o papel de conselheiro do príncipe? Qual é a sua responsabilidade diante da sociedade?



* **ANTONIO OZAI DA SILVA** é professor no Departamento de Ciências Sociais (Universidade Estadual de Maringá), doutorando em educação (FEUSP) e membro do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP).



Sartre, modelo de intelectual engajado, celebrou este debate ao defender que o intelectual-escritor não é neutro diante da realidade histórica e social. “O escritor “engajado” sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar”, enfatiza. (SARTRE, 1993, p. 20) No contexto da sociedade capitalista é impossível manter o sonho da imparcialidade diante da condição humana. Para ele, “a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele”. (Ibidem, p. 21)

Porém, o intelectual tende a separar a palavra do mundo, o conceito da realidade. As palavras dissociam-se da vida real, das contradições, sofrimentos e esperanças dos que vivem o mundo. Como assinalou Paulo FREIRE: “Em última análise, tornamo-nos excelentes especialistas, num jogo intelectual muito interessante – o jogo dos conceitos! É um “balé de conceitos”. (FREIRE e SCHOR, 1986, p. 131)

Portanto, não se trata apenas de refletir sobre o mundo, de desvendá-lo aos olhos dos incrédulos, mas de arrancar os homens e mulheres da sua consciência feliz, isto é, da sua ignorância perante o mundo e a condição humana no mundo, tencionando-os para transformá-lo. Se a palavra é ação, a ação não é contemplação. Como enfatizou MARX (1982, p. 3): “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”.

Como vemos, a discussão sobre a relação teoria e prática, contemplação e transformação, remete-nos a tempos remotos. E, permanece, atual.

O dilema do engajamento

Sartre observa que o intelectual moderno é um homem-contradição, um ser

dividido entre a ideologia particularista (fatores econômicos, sociais e culturais que condicionam sua vida) e o universalismo (exigência intrínseca da sua atitude como técnico e pesquisador). “Um físico que se dedica a construir a bomba atômica é um cientista. Um físico que contesta a construção desta bomba é um intelectual”. (SARTRE, 1994, p. 8) Eis, em resumo, o paradoxo do intelectual moderno na acepção sartriana.

Não cabe, portanto, ao especialista questionar as condições em que se dá a pesquisa, o resultado ou mesmo o uso que se faz dela. Mas é precisamente no momento em que o pesquisador “se mete no que não é da sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades recebidas, e das condutas que nelas se inspiram em nome de uma concepção global do homem e da sociedade” que ele se torna um intelectual. (Ibidem, p. 14-15). O intelectual aparece como uma aberração: um monstro.

Tocqueville, no século XIX, censurou os intelectuais por, em sua opinião, desempenharem um papel negativo no processo revolucionário francês.² Em contraposição, Sartre argumenta que os filósofos iluministas tiveram a missão de desenvolver os pressupostos teóricos que legitimaram a ideologia burguesa, a qual tornou-se universal e hegemônica. Os filósofos eram intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano.³

Se somos feitos à imagem e semelhança de Deus, o ideal iluminista nos fez à imagem e semelhança do homem burguês. Os intelectuais modernos, técnicos do saber prático, encontram-se presos às amarras do humanismo universalista burguês e às contradições próprias do seu ser social, enquanto membros de uma categoria social vinculada à ideologia dominante. Então, coloca-se a necessidade de construção de



um novo humanismo, uma outra universalidade. Esta é, na acepção sartriana, a tarefa histórica dos intelectuais.

A crítica sartriana focaliza o técnico do saber prático que, por sua condição social, é potencialmente um intelectual, mas não necessariamente atua como tal. Ele aponta a tendência contemporânea do descomprometimento do intelectual com as questões sociais (e, nesse sentido, o intelectual não realiza as suas potencialidades, isto é, não se assume enquanto tal).

Sartre advoga o engajamento militante do intelectual. Sua crítica exprime o elogio ao intelectual que se assume como a consciência infeliz, a aberração que ousa contrapor-se ao humanismo burguês. A função do intelectual reside em sua contradição intrínseca e relaciona-se, no final das contas, com o conhecimento. Sua primeira tarefa é reconhecer a própria contradição, fazer a autocrítica permanente.

O discurso sartriano prescreve um modelo de intelectual engajado que induz à diferenciação entre o falso e o verdadeiro intelectual.⁴ Mas é preciso distinguir a atividade real dos intelectuais num determinado contexto histórico concreto dos modelos prescritivos, isto é, de como desejamos ou imaginamos a atuação dos intelectuais. Analisando historicamente, BOBBIO (1997, p. 34) identifica as seguintes posturas:

1. Há os que consideram que os intelectuais não devem se envolver com a política e devem se restringir à tarefa eminentemente espiritual, isto é, os intelectuais são vistos enquanto guardiões dos princípios e valores universais;

2. Há os que defendem que a tarefa do intelectual é teórica, mas também imediatamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que possibilitam novas orientações políticas;

3. Outros, concordando com a postura acima, imaginam que cabe ao intelectual a função de educar as massas;

4. E, por fim, os que defendem que a tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é a política ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária adaptada aos tempos de crise.

Cada uma dessas funções contém riscos de degeneração. No primeiro caso, o intelectual é visto como um clérigo e, enquanto tal, tende a afastar-se do mundo, a estranhá-lo. O clérigo tende a desenvolver uma concepção hedonista da cultura e uma visão agnóstica da política.

No segundo, que vê os intelectuais como indivíduos acima do combate, tende-se a desenvolver um certo neutralismo e ceticismo abstrato geradores de ceticismos em relação à política, como se os intelectuais estivessem acima dos pobres mortais, observando “com aristocrático desdém os cães que se pegam a dentadas”. (Ibidem, p. 35)

No terceiro, o intelectual é visto como elite dirigente. O elitismo levado às últimas consequências implica no afastamento da política, vista como uma atividade inferior. Isto resulta num idealismo ingênuo, na crença de que o mundo pode ser transformado pelas ideias. A frustração leva ao isolamento, ao recolhimento interior, como uma forma de não sujar as mãos. No último



caso, o risco de degeneração é a concentração dos intelectuais em organizações e partidos próprios, isolados dos demais setores da sociedade.

Em todas essas posições observa-se a tendência a elevar os intelectuais acima dos demais grupos sociais, implicando a ideia de uma superioridade intrínseca à sua profissão. Destas posturas, resultam dois casos limites:

1º o isolamento do intelectual em seu próprio mundo, em sua torre de marfim;

2º o engajamento (*engagement*) profundo do intelectual na política.

Engajar-se é assumir uma posição no mundo, é tomar partido e assumir os riscos inerentes a esta atitude. Determinadas situações históricas não permitem a neutralidade política. Por outro lado, o engajamento pressupõe escolher um dos lados em disputa. E se não for possível fazê-lo?

A resposta a este dilema depende das circunstâncias e das interpretações que damos às mesmas. A conduta do intelectual não é determinada apenas por idealismo, mas também pelas condições históricas concretas. No entanto, podemos imaginar, como faz Bobbio, um modelo ideal de conduta:

Se eu tivesse que designar um modelo ideal de conduta, diria que a conduta intelectual deveria ser caracterizada por uma forte vontade de participar das lutas políticas e sociais do seu tempo que não o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir aquilo que Hegel chamava de “o elevado rumor da história do mundo”, mas, ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado por inteiro

a uma palavra de ordem (Ibidem, p. 79).

Para Bobbio, a superação deste dilema está na aceitação da autonomia relativa da cultura, ou seja, uma política de cultura. Assim, evitam-se os extremos: a postura do engajamento a qualquer custo e a atitude do isolamento em torres de marfim. Pois, não-político é diferente de apolítico. Ser não-político significa colocar a política num patamar qualitativamente diferente da política ordinária (partidária) e remetê-la para outro nível não restrito à política como potência. “A primeira tarefa dos intelectuais deveria ser a de impedir que o monopólio da força torne-se também o monopólio da verdade.” (Ibidem, p. 81)

A responsabilização do intelectual

O engajamento, muitas vezes, configura-se numa forma de submissão a um aparato, a uma liderança, ao Estado:

Prefiro falar mais de responsabilidade a falar de engajamento porque importa não que o homem de cultura se engaje ou não se engaje, mas por que coisa se engaja ou não se engaja, assumindo todas as responsabilidades da sua escolha e das consequências que dela derivam (Ibidem, p. 100).

Seguindo a análise bobbiana, o que está em questão não é o engajamento em si, mas a causa pela qual o intelectual se engaja: há causas que são equivocadas e, nesses casos, é melhor o aparente não-engajamento. O intelectual deve ser julgado por sua responsabilidade. Mas do que o não-engajamento, pesa o crescente processo de desresponsabilização dos intelectuais, muitas vezes escondida sob a capa da ética de grupo.

A desresponsabilização do intelectual se funda no argumento da neutralidade científica. Isto só se torna possível pela



rendição da universidade aos critérios mercadológicos, que transformam educador, educando e conhecimento em mercadorias permutáveis. Estamos diante de uma universidade que produz um tipo específico de conhecimento, aquele que pode ser oferecido a quem se disponha a financiar a pesquisa; uma universidade na qual o educando é o cliente, consumidor de conhecimentos. Esta forma de conceber a universidade é assimilada pelo setor público. Amparada em princípios mercantis, a universidade

“perde o senso da discriminação ética e da finalidade social de sua produção – é uma multiversidade que se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda, isso coberto pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto, capaz de arcar com os custos da e oferece cursos a quem pode pagar”. (TRAGTENBERG, 1990, p. 14-15)

A ideologia do intelectual desresponsabilizado consiste em “não ter nenhuma ideologia, faz fé de apolítico, isto é, serve à política do poder”. (Ibidem, p. 15) Este típico intelectual possui uma capacidade singular de discutir meios, desconsiderando os fins; é particularmente inteligente na transubstanciação de problemas qualitativamente políticos em problemas técnicos; é prático ao ponto de evitar o espaço público, preferindo a segurança das negociatas em gabinetes.

No âmago desta postura está a ideologia da não-ideologia, a busca das sinecuras burocráticas legitimadas por um pretenso apoliticismo. Esta forma de analfabetismo político expressa uma posição política (política no sentido amplo, não restrito à político-partidária) e fundamenta atitudes que desconhecem ou passam por cima de quaisquer preocupações éticas ou sociais.

Considerações conclusivas...

O especialista apolítico se considera neutro e imparcial. Ele é capaz de dissertar sobre a miséria humana com a sensibilidade de um autômato; é capaz de escrever sobre os avanços tecnológicos sem se colocar uma simples questão: a quais interesses servem a técnica e a ciência? O especialista desconsidera a dialética da relação indivíduo e sociedade (isola um dos polos ou toma-os de forma dicotômica); não percebe que todo saber expressa interesses e relações de poder. Ao mínimo lampejo de consciência infeliz ele recorre à filantropia ou aos argumentos psicologizantes, individualizando os problemas de caráter social. Termina por culpabilizar a vítima.

Muitas vezes, como intelectuais, agimos à maneira dos especialistas e políticos: falamos e nada dizemos, escrevemos e nada fazemos, tratamos de temas complexos que envolvem a mísera condição humana com a frieza do médico a cortar o corpo, com o calculismo das estatísticas e a banalização da realidade. A vida escorrega sob os nossos dedos e nosso ser se dilacera entre o último modismo teórico e as dúvidas abstratas sobre conceitos desconectados do mundo – mas conectados na rede mundial de computadores. As ideias aparecem-nos como que autônomas, simples produto da nossa inteligência e prova de que pensamos. E, se pensamos, existimos. Se existimos, estamos vivos.

Pura ilusão! E se apenas respiramos e as ideias que imaginamos serem nossas, não o forem? E se, em nossa santa ingenuidade, reproduzimos, ainda que não o desejemos, o discurso da dominação, a linguagem do opressor? Ou por acaso o oprimido não introjeta o pensar e agir dominantes? Em nossa insana sabedoria abstraímos a realidade



e as ideias nos parecem desligadas dos contextos históricos, sociais e políticos; desvinculadas dos interesses sociais e das formas de poder que estes assumem.

Muitas vezes, em nossa arrogância narcisista, agimos como vivos num mundo de mortos: presos ao nosso próprio umbigo reduzimos a riqueza da vida à pobreza da nossa abstração desvinculada da vida. As palavras soam-nos neutras – como se apenas designassem coisas, objetos; em nosso tecnicismo e especialismo a vida se traduz em índices, números, teorias etc.; dados que podem ser simplesmente manipulados, catalogados, classificados, quantificados... E isto, de maneira neutra, imparcial. É o “balé dos conceitos”!

O intelectual isolado em sua torre de marfim – em tempos modernos, é mais propício falarmos em escritórios municiados de computadores – pode imaginar que a sua palavra se transforma em ação pelo ato de proferi-la. Do alto da sua arrogância ou ingenuidade, ele se vangloria de não se envolver com a política, de não sujar as mãos, de desempenhar o papel de analista e conselheiro – os maquiáveis modernos precisam estudar a biografia de Maquiavel! Este tipo ideal de intelectual se considera no direito de a tudo julgar, a todos aconselhar. Acomodado confortavelmente em sua poltrona, à frente do monitor, ele escreve sobre os que, certos ou errados, assumem riscos que o comprometem, a sua família e a própria vida. Ele, o intelectual, sabe o que é certo: afinal ele não defende os valores máximos da humanidade? Mas o único risco que assume é, quem sabe, o de receber uma crítica de um abnegado leitor. A vida continua...

Talvez seja o caso do intelectual crítico se perguntar sobre as suas atitudes concretas. O comprometimento com o

mundo não se dá apenas pela abstração contemplativa, idealista e psicologizante – ainda que crítica. Quem sabe os intelectuais que aderem aos governos não mereçam mais consideração do que aqueles protegidos em suas casamatas? A palavra engajada impõe riscos. Isto significa abandonar a postura contemplativa, significa assumir que os erros de quem age resultam em efeitos concretos.

Não, não imagine o leitor que advogamos a adesão incondicional à política partidária ou aos governos de plantão. Apenas observamos que a política partidária é uma forma de ação, entre outras, capaz de incorporar os intelectuais, os quais passam a correr riscos reais. Os intelectuais que não aderem a esta forma de ação também podem desempenhar uma função política transformadora (em sua escola, na sala de aula, na sua cidade etc.).⁵ Isto pressupõe um comprometimento que extrapola as abstrações e a postura confortável do técnico e especialista que se imagina acima do mundo ou que não consegue refletir sobre a sua ação como intelectual, desligando-se da realidade concreta. Este pode falar de tudo e nada do mundo ter qualquer significado; suas palavras reduzem-se a conceitos; ele é capaz de conversar por longas horas sobre ideias, grandes autores e obras, e a vida pulsa à sua volta sem que ele se dê conta ou importância. A condição humana não lhe atinge, ele próprio se vê acima – ou imagina tratar dela codificando-a em conceitos.

Referências

- BOBBIO, N. (1997) Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP.
- FREIRE, P e SCHOR, I. (1986) Medo e ousadia – O cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



FREIRE, P. (1997) *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s. d.

GIROUX, HENRY A. (1997) *Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.

MARX, K. (1982) *Teses Sobre Feuerbach*. In: *Marx & Engels, Obras Escolhidas, v. I*. Lisboa: Edições "Avante"; Moscou: Edições Progresso, pp. 01-05

SARTRE, Jean-Paul. (1993) *Que é Literatura*. São Paulo: Ática, 2ª edição.

_____. (1994) *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática.

SILVA, Helenice Rodrigues da. (1995) *Texte, Action et Histoire: Réflexions sur le phénomène de l'engagement*. Paris: Editions L' Harmattan.

TOCQUEVILLE, A. de. (1982) *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed.

TRAGTENBERG, M. (1990) *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. (1990) São Paulo: Cortez e Autores Associados (Coleção Teoria e Práticas Sociais – 2ª edição).

¹ “Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens intelectuais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante)” (BOBBIO, 1997, p; 11)

² Tocqueville, observa o Prof. Zevedei Barbu na apresentação de *O Antigo Regime e a Revolução*, definiu os intelectuais de sua época como “penseurs de cabinet”, isto é, críticos da sociedade tradicional, mas cuja alternativa se limitava a sonhos e fantasias. “Na visão de Tocqueville, o pecado capital cometido por essa intelligentsia foi o de pensar e escrever a respeito de uma nova sociedade sem possuir qualquer experiência em assuntos públicos. Assim, a intelligentsia constituía um protótipo de marginalidade, ficando sempre suspensa entre a sociedade real, que ela rejeitava, e a sociedade de seus sonhos, que era irrealizável”, comenta. (In: TOCQUEVILLE, 1982, p. 16)

³ Segundo GRAMSCI: “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também

no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.” (In: *Os intelectuais e a Organização da Cultura*, editado pelo Círculo do Livro, sem data, p. 7).

⁴ Há um certo maniqueísmo nesta postura: os intelectuais se engajam à esquerda e à direita e, nisto, são autênticos. O pior é o indiferente, o que posa de imparcial. Além disso, esquerda e direita não são termos isentos de interpretação e de nuances. É mais apropriado se referir a várias “esquerdas” e “direitas”. Como nota BOBBIO (1997, p. 14): “Falsos são os que desempenham uma função que para Sartre é negativa, e é negativa unicamente porque não desempenham a função que segundo ele deveriam desempenhar. Assim, será o verdadeiro intelectual o revolucionário; falso o reacionário; verdadeiro será aquele que se engaja, falso, aquele que não se engaja e permanece fechado em sua torre de marfim”. O engajamento sartriano é historicamente datado e, é claro, também as posições que defende (Ver a análise de SILVA, 1995).

⁵ GIROUX (1997, p. 186), mostra que os intelectuais (e professores) não são neutros: tanto podem contribuir para a hegemonia dominante, quanto atuarem como fator contra hegemônico (como intelectuais transformadores). Ele frisa que: “O intelectual é mais do que uma pessoa das letras, ou um produtor e transmissor de ideias. Os intelectuais são também mediadores, legitimadores e produtores de ideias e práticas sociais; eles cumprem uma função de natureza eminentemente política”.